



EDITAL DE SELEÇÃO DE MONITORIA DIGITAL

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO B

DOCENTE: ANGELA CASSIA COSTALDELLO

Nº DE VAGAS: 01 (uma)

DATA DA AVALIAÇÃO E ENTREVISTA: 16/9/2021

HORÁRIO: 15h30min

Link para a seleção:

<https://us02web.zoom.us/j/82293068361?pwd=RnhGeE1rY3Y4eUIYb0NPM29sNVQ5UT09>

ID da reunião: 822 9306 8361

Senha de acesso: 051908

CONTEÚDO DA AVALIAÇÃO:

1. LICITAÇÕES

1.1. Licitação: Natureza jurídica do processo licitatório. Evolução histórica. Princípios aplicáveis.

1.2. Inexigibilidade e Dispensa do processo licitatório. Modalidades, tipos e fases da Licitação.

Habilitação dos Licitantes e Julgamento das propostas.

1.3. Licitação para outorga de concessões e permissões. Contratos de obra pública, de prestação de serviços e de fornecimento. Extinção das concessões e permissões.

2. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Contratos Administrativos: Natureza Jurídica. Referenciais para a formação de um conceito.

Elementos. Características e tipificação do Contrato de direito público. Contratos da Administração e Contratos Administrativos.

2.2. Execução do contrato administrativo: princípios aplicáveis.

As “cláusulas exorbitantes”.
Mutabilidade e equilíbrio financeiro:
álea administrativa e econômica.
Teorias do fato do príncipe e da
Imprevisão. Extinção do contrato
administrativo.
2.3. Modalidades de Contratos
Administrativos. Concessão de
serviço público e de obra pública.
Concessão de uso de bem público e
concessão de direito real de uso. Do
serviço adequado.

3. DOMÍNIO PÚBLICO

3.1. Natureza jurídica do domínio
público. Bens públicos: conceito,
classificações e regime jurídico.
Afetação e desafetação. Aquisição e
alienação.
3.2. Bens públicos em espécie.
3.3. Utilização dos bens públicos.
Concessão e permissão. Ocupação.

4. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

4.1. Meios de Intervenção.
Limitações, Requisições e Servidões
Administrativas. Principais limitações
administrativas. Zoneamento.
Natureza jurídica das licenças.
Servidões administrativas.
Requisição da propriedade privadas.
Ocupação temporária. Bens do
patrimônio histórico e artístico
nacional: tombamento.

4.2. Desapropriação: conceito,
pressupostos e fundamentos.
4.3. Processo administrativo e
judicial na desapropriação por
utilidade pública. A indenização.
Imissão provisória na posse.
Desapropriação por zona e direito de
extensão. Retrocessão. A chamada
desapropriação indireta.
4.4. A desapropriação por interesse
social: história, conceito e
fundamento jurídico. Processos
administrativos e judicial.

Curitiba, 14 de setembro de 2021.

Angela Cassine Costardello



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBSERVAÇÕES:

- * Programa sem garantia de bolsa.*
- * Bolsistas deverão participar, obrigatoriamente, das atividades da PROGRAD*
- * A composição da nota de avaliação seguirá as regras da Resolução 43/03 – CEPE*
- * Os candidatos deverão realizar leitura prévia da Resolução 91/99-CEPE*